

A insurreição de 2019 produziu uma abertura eleitoral à esquerda

Via [International Viewpoint](#)

Como os olhos do mundo permanecem fixos no resultado das eleições presidenciais americanas, a colônia americana de Porto Rico produziu um resultado mais satisfatório e histórico para a esquerda porto-riquenha após suas eleições locais de 3 de novembro de 2020. O voto de Porto Rico é histórico (uma reivindicação que nunca deve ser tomada de ânimo leve na política), mas não por causa dos resultados finais da corrida governamental, que foi a principal disputa da eleição. Nem os eleitores porto-riquenhos fizeram história, como muitos liberais americanos e alguns progressistas estão ansiosos para acreditar, em um plebiscito concorrente não vinculativo no qual o voto a favor da condição de Estado recebeu a maioria (também por uma margem estreita). Também não é especialmente surpreendente, dadas as recentes mudanças na lei eleitoral que desregulamentou o processo, com recontagens em localidades com resultados apertados – especialmente a capital de San Juan – tenham sido atormentadas por irregularidades.

A votação é histórica porque representa uma grande mudança no sistema partidário de Porto Rico e um avanço para o movimento de independência, a esquerda política e os movimentos sociais. Estas mudanças, por sua vez, são o produto direto da revolta popular que o então Governador Ricardo Rosselló enfrentou durante o verão de 2019. Rosselló foi forçado a sair do cargo após duas semanas de intensos e maciços protestos de rua provocados pela publicação do texto de uma conversa encriptada entre o governador e seu círculo interno masculino, na qual os participantes zombavam dos mortos pelos furacões Irma e María (que devastaram o território em 2017) e faziam violentos

comentários sexistas e homofóbicos sobre rivais políticos e outras figuras públicas.

A principal forma pela qual a mudança se manifesta é o nível de apoio sem precedentes ao Movimento da Vitória Cidadã (MVC), terceiro e quarto lugares, e ao Partido da Independência de Porto Rico (PIP), ambos apoiaram publicamente os protestos de rua de 2019 contra Rosselló. Nas eleições de 2020, MVC e PIP receberam 14,2% e 13,7% dos votos, respectivamente, de acordo com a primeira contagem oficial, para um peso combinado de 27,9%. [1] A eleição também reflete os baixos níveis de participação (52,8% dos eleitores registrados, o que se traduz em aproximadamente um terço de todos os eleitores elegíveis), refletindo níveis históricos de desencantamento com o sistema político da colônia. O medo da COVID-19, um sistema complicado de votação por correio e um processo primário desastroso no início deste ano também contribuiu, é claro, mas como eu argumento abaixo, a tendência de três décadas de declínio da participação é clara.

No entanto, o resultado combinado MVC/PIP representa uma grande mudança no sistema partidário de Porto Rico, que foi de fato “bipartidário” por toda a segunda metade do século XX. O significado disto é acentuado pelo fato de que os candidatos de ambos os partidos para governador, Alexandra Lúgaro da MVC e Juan Dalmau do PIP, apoiam abertamente a independência de Porto Rico, que historicamente não tem sido favorecida pelo eleitorado porto-riquenho desde pelo menos 1952, quando a atual constituição da “Commonwealth” entrou em vigor. Embora nenhum dos candidatos tenha feito da independência um foco central de sua campanha, nenhum deles tentou esconder ou negar sua preferência pessoal.

Quebrando a barreira de status

O sistema partidário de Porto Rico foi centrado na “questão do status” político ao longo da segunda metade do século XX (anteriormente, alguns partidos expressavam filiações de

“status”, mas estas frequentemente flutuavam). Em 1968, a hegemonia eleitoral do Partido Democrático Popular (PPD), pró-estatuto da Comunidade, chegou ao fim, e começou a alternar o poder com o Novo Partido Progressivo (PNP), pró-estatuto. Tanto o PPD quanto o PNP incluíram membros dos partidos democrata e republicano dos EUA, que realizam primárias em Porto Rico para fins de nomeação, mas que normalmente não foram considerados relevantes pela maioria da população.

Marginalizado durante períodos de expansão econômica ligados à ideologia do colonialismo dos EUA, o PIP jogou o papel de terceira opção como escape eleitoral para o movimento pró-independência historicamente perseguido. Um punhado de candidatos do partido em quarto lugar ou independentes (geralmente se separa de um dos três principais partidos) também participaram ocasionalmente. A independência total dos Estados Unidos como um objetivo eventual continua sendo um aspecto central da identidade do PIP. Com seu candidato recebendo quase 170.000 votos (o maior em sua história), em 2020 o PIP quintuplicou seu desempenho em 2016. Fundado em 1946, esta é apenas a terceira vez que o partido ultrapassa os 100.000 votos, e a primeira ultrapassagem de 6% dos votos desde 1956 (quando recebeu 86.636 votos, 12,4% do total de eleitores naquela eleição). [2] O feito é ainda mais significativo se levarmos em conta que o PIP foi o único setor a crescer significativamente durante esta eleição.

Em contraste, o MVC não faz parte de sua plataforma, esperando atrair apoio de todas as “opções”. Em vez disso, propôs a descolonização através de uma convenção constitucional, na qual os apoiadores estariam livres para apoiar os candidatos à convenção, favorecendo diferentes alternativas. Lúgaro eliminou Dalmau do PIP como terceira candidata, mas na verdade perdeu cerca de 250 votos em comparação com sua própria candidatura independente em 2016 (ou cerca de 5.700, se os votos do colega Rafael Bernabe, membro do MVC, forem levados em conta – ele se candidatou então a governador com na chapa

de outro partido menor).

A farsa plebiscitária

A razão pela qual os resultados do PIP e MVC são mais significativos do que o voto “sim” para o estado independente é que este plebiscito é na verdade o terceiro nos últimos oito anos, todos fabricados para produzir uma “vitória” do caráter do estado. No plebiscito de 2012, por exemplo, quando duas opções adicionais nomeadas foram dadas (“livre associação” e independência – mas não o status quo não soberano da Commonwealth, que muitos ainda apoiam), o caráter do estado recebeu 61,2% dos votos “válidos”. Entretanto, quase meio milhão de votos foram depositados em branco em protesto, o que junto com os resultados das outras duas opções não estatais teria somado até 54,7% do total de votos. Em 2017, o caráter do estado recebeu 97,2% dos votos, com apenas 22,9% de participação (ainda inferior ao esperado no meio de um ano sem eleições). Desta vez, o “sim” recebeu 52,3% dos votos, mais uma vez em meio a uma taxa de participação extremamente baixa.

Estas repetidas charadas são tentativas desesperadas do grupo corrupto que governa o Novo Partido Progressista (PNP) para se agarrar à relevância, usando a miragem estatal para mobilizar apoiadores. O Congresso dos EUA, no entanto, que tem a última palavra sobre qualquer coisa que aconteça na colônia, nunca se comprometeu a apoiar tal resultado, e o tom da política americana nos últimos anos sugere que não o fará num futuro previsível. Enquanto os democratas do Senado acenaram recentemente com o espectro do estado porto-riquenho nos republicanos, como retribuição pela nomeação de Amy Coney Barrett para a Suprema Corte, parece agora incerto, na melhor das hipóteses (até as duas eleições de segundo turno na Geórgia), que os democratas retomarão o Senado. De qualquer forma, após 122 anos de falsas promessas feitas tanto por democratas como por republicanos, a maioria dos porto-riquenhos geralmente não se deixa impressionar pela perspectiva de ser mais uma vez utilizada de forma flagrante

como moeda de troca.

Precedentes a médio prazo

Em 2008, o cenário eleitoral governamental começou a mudar com o aparecimento de partidos não orientados para o status e candidatos independentes, que, no entanto, não obtiveram uma parcela significativa dos votos até 2016. Naquela eleição, Lúgaro (então candidata independente) e Manuel Cidre, juntos, geraram 16,8% dos votos. Em 2020, além do PPD, PNP, PIP e MVC, um quinto partido, o Projeto Dignidade (PD) dos fundamentalistas cristãos recebeu quase 7% dos votos. Um sexto candidato, o independente Eliezer Molina, recebeu menos de 1% dos votos. Juntos, Molina e o candidato do PD César Vázquez receberam apenas 3.200 votos a mais do que Cidre recebeu em 2016.

Os principais especialistas tentaram subtrair do significado do momento, enfatizando o suposto distanciamento de Dalmau do foco tradicional do partido na independência. Os números refletem indiscutivelmente que o PIP recebeu o apoio dos eleitores que tradicionalmente votam a favor do PNP pró-estado e dos eleitores que normalmente apoiam o PPD pró-estado. A realidade, entretanto, é que Dalmau nunca negou nem seu partido nem sua mensagem, e esta não é a primeira vez que um candidato do PIP tentou apelar para eleitores além da base do partido, enfatizando outros aspectos da plataforma partidária (por exemplo, em 1996, o candidato do PIP David Noriega fez uma campanha muito menos centrada no status, recebendo 75.305 votos ou 3,8 por cento do total de votos naquela eleição).

O sucesso do MVC também é significativo, menos por causa do resultado de Lúgaro na corrida para governador (que, como observado, refletiu um leve declínio de seu desempenho anterior como candidata independente) do que por causa dos resultados de seus candidatos legislativos e locais. MVC elegeu dois representantes gerais e dois senadores gerais, assim como membros das assembleias municipais de numerosas

ciudades. Também quase elegeu o prefeito da capital politicamente crucial de San Juan (o candidato da MVC, Manuel Natal, ficou em segundo lugar por uns escassos 2.300 votos – outro primeiro para um candidato não-PNP ou PPD) e um representante do terceiro distrito de San Juan. [3] O PIP, como de costume, elegeu um senador geral e um representante geral e numerosos membros de assembleia municipal.

Juntamente com o senador independente reeleito José Vargas Vidot (um ativista de saúde que já foi considerado esquerdista, mas que se mostrou inconsistente em muitas questões) e o senador geral e representante geral eleito pelo PD conservador “socialmente” (mas não necessariamente “fiscalmente”), haverá nove legisladores não-PPD ou PNP, a primeira vez que há mais que dois ou três em muito tempo. Entretanto, apenas os seis legisladores do MVC e PIP são considerados de esquerda ou de esquerda confiável.

A esquerda renasce?

Muitos assim consideram o sucesso do PIP e MVC como um triunfo para a recém-eleitoral esquerda porto-riquenha significativa. É a primeira vez desde o Partido Socialista original do final dos anos 20 e início dos anos 30 (muitos dos principais líderes eram realmente pró-Estado e que se autodestruíram através de uma “coalizão” altamente desigual com o Partido Republicano local da elite dos plantadores de açúcar) que alguma versão da esquerda política é capaz de mobilizar quase um terço do eleitorado por conta própria.

Como o PIP social-democrata (inicialmente um partido “cristão social” tradicional latino-americano que se declarou a favor do “socialismo democrático” e se juntou à Segunda Internacional nos anos 70), MVC é um partido de esquerda que surgiu como uma aliança entre vários grupos e indivíduos buscando “superar” o tradicional impasse de status. Entre estes, além da campanha de Lúgaro, vale a pena destacar os ex-membros do Partido Popular Trabalhador (PPT) de curta duração,

que concorreu a candidatos em 2012 e 2016 (com o candidato Bernabe recebendo 1% ou menos nas corridas ao governo). O PPT foi uma incursão eleitoral liderada por uma organização trotskista porto-riquenha agora conhecida como Democracia Socialista (Democracia Socialista, DS). As outras grandes facções dentro da MVC são o Movimento Sindical Soberano, a Rede Pró-soberania (ex-membros de mais um partido menor extinto) e o Sindicato Puertorriqueño de Trabajadores (SPT), uma afiliada local do Sindicato Internacional dos Empregados de Serviços do Estado (SEIU).

Tanto Lúgaro quanto o SPT/SEIU foram criticados por outros setores da esquerda por envolvimento pessoal em acordos suspeitos de privatização (no caso de Lúgaro, que agora afirma que sua posição sobre privatização evoluiu) ou por se oporem à greve dos professores de 2008 e tentarem invadir a unidade de negociação do sindicato dos professores (no caso do SEIU). [4] Entretanto, os membros da DS há muito tempo têm insistido numa aliança tática com setores receptivos às críticas do neoliberalismo é a única maneira de fazer incursões no campo eleitoral a fim de amplificar a mensagem anti-capitalista da DS. [5]

Esta teoria ainda se está por ver, e muitos são justamente céticos. Entretanto, os resultados do MVC podem ser vistos como pelo menos uma vitória parcial e delicada por outro motivo: ela traz participantes ativos de boa fé do movimento social deixado ao legislativo pela primeira vez desde pelo menos os anos 70. Além de Bernabe, que é um defensor abertamente socialista de muitas causas progressistas, e a advogada feminista de longa data Ana Irma Rivera (ambos eleitos para o Senado), a recém-eleita deputada Mariana Nogales é uma advogada proeminente do movimento e feminista radical.

Mudanças tectônicas subjacentes

Mais importante ainda, tanto os sucessos eleitorais dos PIP's

quanto da MVC podem ser rastreados diretamente à revolta do então governador Rosselló, que não foi eleito. Esse evento foi precedido por vários anos de protestos combativos contra austeridade, mais marcadamente a cada 1º de maio, na esteira da crise da dívida da ilha e da nomeação de um “conselho de controle fiscal” não eleito (a Junta, como é localmente conhecida) pelo Congresso dos Estados Unidos em 2016 para garantir o pagamento da dívida odiosa e paralisante da colônia. Esses protestos, por sua vez, construídos sobre décadas de mobilizações e greves de professores, estudantes universitários e comunidades ameaçadas por deslocamento e danos ambientais, se estendem – pelo menos em sua encarnação contemporânea – à bem sucedida luta 1999-2003 para forçar a Marinha dos EUA a sair do município insular de Vieques.

Tanto o PIP quanto o MVC apoiaram ativamente os protestos contra Rosselló, e seus membros participaram deles, em maior ou menor grau. Ambos os partidos também desenvolveram plataformas de campanha contra não apenas a corrupção do PNP e do PPD, mas também contra as políticas neoliberais de privatização e austeridade e a presença da Junta. Assim como o deputado eleito Nogales, os candidatos derrotados pelo terceiro distrito e prefeitura de San Juan são também críticos da Junta e produtos dos movimentos combativos estudantis e feministas de Porto Rico.

Se essas incursões eleitorais levarão ou não à desmobilização, como é freqüentemente o caso, é uma questão em aberto. Entretanto, o grande movimento anti-Junta que esteve no epicentro da Revolta de 2019 tem permanecido até agora teimosamente independente. Mesmo alguns críticos de esquerda da liderança do MVC vêem os resultados eleitorais como um produto da revolta, refletindo novas oportunidades para o movimento anti-capitalista e anti-colonial de se expandir tanto em termos qualitativos quanto quantitativos. [6]

Em minha avaliação, o equilíbrio entre a participação institucional e as mobilizações de rua será crucial nos

próximos anos. Entretanto, e mais importante, pelo menos por enquanto o resultado eleitoral confirma e inscreve a vitória popular no cenário político maior de uma forma que é marcadamente diferente do passado recente e que tornará muito difícil para os políticos tradicionais negar, minimizar ou reverter no futuro previsível.

Para entender a magnitude desta mudança, é importante considerar a história recente. Por exemplo, nos anos 70, o PIP e um agora extinto, abertamente marxista e pró-independência, o Partido Socialista Porto Riquenho (PSP) competiam por votos escassos. A partir de 1980, alguns líderes do PSP acabaram optando por uma “aliança” altamente desigual, não falada, com setores “pró-Puerto Rico” do PPD a fim de “deter” o avanço do movimento pró-Estado. Se foi esta tática que parou a condição de estado é discutível. O certo é que ela resultou em quatro décadas de diluição do voto pró-independência através do fenômeno localmente conhecido como “melonismo” (os adeptos desta variante porto-riquenha do mal menor que são popularmente conhecidos como melões, ou “melancias”: verde por fora, vermelho por dentro, em referência às cores partidárias do PIP e do PPD), através do qual milhares de eleitores pró-independência ou pró-independência apoiaram o PPD.

Isto não aconteceu em 2020. Como até mesmo os principais especialistas insistem, o oposto pode agora ser verdade, com milhares de eleitores pró-status-quo e até pró-estatais se voltando para candidatos pró-independência e de esquerda para representá-los. [7] Para visualizar isto, basta considerar o colapso nos totais de votos tanto do PNP (de 655.626 ou 41,76% para 406.830 ou 32,9%) quanto do PPD (de 610.956 ou 38,92% para 389.896 ou 31,6%). Parece que o “melonismo” está morto, pelo menos por enquanto, como uma tendência dominante.

Estes resultados sugerem que existe agora a possibilidade, pela primeira vez desde os anos 70, de forjar um bloco de esquerda que pode aspirar não apenas a representar eleitoralmente, mas a liderar politicamente (isto é, não

apenas institucionalmente, mas buscando uma liderança ou hegemonia “intelectual e moral” no sentido de Gramsci), no qual a esquerda pró-independência pode participar em seus próprios termos. Os líderes da MVC e do PIP sugeriram que seus funcionários recém-eleitos procurarão colaborar uns com os outros, e muitos estão esperando algum tipo de frente eleitoral ou aliança rumo às eleições de 2024.

0 verdadeiro “vencedor”

O que nem MVC nem PIP (nem seus companheiros de viagem e críticos mais à esquerda) devem esquecer é que o verdadeiro “vencedor” desta eleição é a abstenção eleitoral. A participação dos eleitores registrados diminuiu pela oitava vez consecutiva desde o ponto alto histórico de 1992 (83,9%), para um mínimo histórico de 52,8%, um número que encolhe ainda mais se considerarmos o total de votos como uma porcentagem de todos os eleitores elegíveis. (As reduções contínuas no tamanho da população desde 2004, como resultado da migração externa causada por contrações econômicas e o impacto de dois grandes furacões, também devem ser levadas em conta).

O deposto Roselló entrou em seu mandato de quatro anos com o apoio de 41,8% dos eleitores, o mandato mais fraco de qualquer governador porto-riquenho desde a primeira eleição gubernatorial em 1948. O recém-eleito Pedro Pierluisi (que serviu como advogado da Junta e é escarnecidamente conhecido como “Pedro o Breve” após ter sido ilegalmente nomeado sucessor de Roselló e removido pela Suprema Corte) virá a governar com apenas 32,9% do apoio dos eleitores.

Além disso, é provável que nem o PNP nem o PPD controlarão totalmente nem a câmara legislativa quando a contagem e a recontagem forem feitas, com cinco senadores independentes ou de partido menor, e quatro representantes independentes ou de partido menor, todos assegurando que o já fraco Pierluisi (amplamente percebido como um peão da Junta) será um governador “pato manco” durante todo o seu mandato – se ele

não for expulso por protestos antes do final de seu mandato. Isto também significa que o PPD terá que jogar à esquerda se espera ter alguma chance de cooptar o crescimento da MVC/PIP, que a esquerda pode facilmente ultrapassar, assumindo a liderança ao propor legislação de justiça social apoiada pela pressão da mobilização “de rua”. Assim, a facção esquerda do MVC parece, por enquanto, ter vantagem em impedir que seu flanco direito deslize para trás ou para dentro do PPD e PNP. De fato, a candidata pró-Estado do MVC à comissária residente, em grande parte considerada sua figura pública mais conservadora, já anunciou que está deixando o partido.

A esquerda está, portanto, em uma posição histórica única para crescer quantitativamente, alimentando o descontentamento entre os 1,2 milhões de eleitores registrados que não participaram (e ainda mais eleitores elegíveis que nem se deram ao trabalho de se registrar), e qualitativamente reforçando seus laços com os movimentos sociais. Ao mesmo tempo, não se deve cometer o erro de supor que todos os 1,2 milhões de eleitores que se abstiveram de se registrar se inclinarão para a esquerda ou apoiarão protestos perturbadores. O desafio é fazer uso da oportunidade de construir uma contra-hegemonia, continuando a ecoar as demandas de setores-chave, estrategicamente posicionados, descontentes, sem procurar controlá-los (especificamente trabalhadores, mulheres, jovens LGBTQ+ e comunidades ameaçadas pelo meio ambiente), ao mesmo tempo em que fornece conteúdo político tanto para mobilizações convencionais quanto para mobilizações disruptivas.

Além de MVC e PIP, existe uma esquerda extraparlamentar significativa, que inclui organizações como o Coletivo Feminista em Construção, o Movimento Socialista dos Trabalhadores, o movimento anti-controle Promessas Estão Sobre Campanhas, vários sindicatos e dezenas de grupos de ajuda mútua juntamente com centenas de jovens não filiados. Seu papel potencial em manter a esquerda eleitoral sob controle da

força inerentemente desmobilizadora das instituições do regime capitalista colonial é enorme. Mesmo assim, os setores mais combativos não devem perder de vista o caráter político dessas lutas, que continuarão a oscilar rapidamente entre a “guerra de posição” de Gramsci e a “guerra de manobras”.

A paciência mútua em todas as partes, o respeito pela diversidade tática (e as esferas de ação ou “vias” de cada um), uma longa visão em direção a objetivos compartilhados e o entendimento de que nem todos os objetivos serão compartilhados foram decisivos para o resultado da Revolta de 2019. Elas continuarão sendo a chave para o crescimento qualitativo e quantitativo da esquerda porto-riquenha. Se uma sólida frente eleitoral de esquerda puder ser construída mantendo a pressão da mobilização de rua sobre um regime capitalista colonial muito enfraquecido, uma verdadeira mudança marítima não é apenas possível, mas está ao nosso alcance.

Notas

[1] Todos os resultados das eleições de 2020 são retirados do site oficial da Comissão Eleitoral do Estado de Porto Rico para os resultados das [eleições de 2020](#).

[2] Os resultados oficiais das eleições pré-2020 estão disponíveis [aqui](#).

[3] Em Porto Rico, uma parte dos representantes e senadores são eleitos em geral a partir das listas do partido com base no número total de votos, e outra parte representa os distritos eleitorais vencedores.

[4] A tentativa da SEIU estadual de atacar a unidade de negociação da Federação de Professores de Porto Rico (FMPR) na sequência da greve de professores de 2008 (como resultado, a FMPR foi decertificada como representante dos professores de Porto Rico, com 40.000 membros na época) está documentada em Steve Early, *The Civil Wars in U.S. Labor: Nascimento de um*

Novo Movimento de Trabalhadores ou Gargantas da Morte do Velho? (Haymarket Books, 2011). O SPT filiado à SEIU, que representa outros funcionários do sistema escolar público de Porto Rico, juntou-se a outros sindicatos empresariais que se recusaram a apoiar essa greve contra um governo PPD em exercício (veja [aqui](#)).

[5] Para uma amostra deste debate contínuo, veja [aqui](#), [aqui](#), [aqui](#), [aqui](#), [aqui](#), e [aqui](#).

[6] Veja, por exemplo, [aqui](#).

[7] Veja, por exemplo, [aqui](#).